

## Requerimento de Sessão 385/2021

Protocolo 32732 Envio em 21/10/2021 09:38:15

Requer a alteração de Emenda Impositiva ao Orçamento Municipal de 2021, com base no art. 271-A do Regimento Interno da Câmara, destinada ao Departamento de Meio Ambiente e Projetos Especiais.

Excelentíssimo Senhor  
Presidente da Câmara Municipal,

O Vereador que a este subscreve, com fundamento no inciso I e também no § 6º, ambos do art. 271-A do Regimento Interno, vem **REQUERER** a alteração da seguinte Emenda Impositiva apresentada ao Orçamento Municipal 2021 (Lei Municipal nº 3.354/2020), nos termos sugeridos no Anexo Único do Ofício nº 909/2021-GAP, apresentado pelo sr. Prefeito Municipal, cópia anexa:

Departamento Municipal de Meio Ambiente e Projetos Especiais

- **Emenda Impositiva nº 014/2020**, autoria da Vereadora Luciana Moraes dos Santos:

Valor parcial	Objeto inicial	Novo Objeto
13.728,00	Aquisição de insumos para o Castramóvel	Prestação de Serviços Pessoa Jurídica

### JUSTIFICATIVA

Justifica o pedido de alteração da Emenda Impositiva nº 014/2020 tendo em vista que, segundo o Poder Executivo, o Conselho Regional de Medicina Veterinária de São Paulo ainda não emitiu laudo de vistoria necessário à homologação do uso do Castramóvel. Dessa forma, os recursos serão direcionados para o atendimento à Chamada Pública nº 005/2019, cujo objeto é o credenciamento e contratação de clínicas veterinárias para prestação de serviços de castração de animais no município.

Por fim, tendo em vista que a autora (Vereadora Luciana Moraes dos Santos) da emenda impositiva já não exerce mais mandato nesta Casa Legislativa, a vontade da mesma com relação a alteração da Emenda, por ser o primeiro ano da Legislatura, está sendo suprida por este Vereador, Presidente da Câmara, em conformidade com o § 6º do art. 271-A do Regimento Interno.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 21 de outubro de 2021.

**JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR**  
Presidente da Câmara Municipal



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**  
Estado de São Paulo

OFÍCIO Nº 909/2021-GAP

Paraguaçu Paulista-SP, 18 de outubro de 2021.

A Sua Excelência o Senhor  
José Roberto Baptista Júnior  
Presidente da Câmara Municipal  
Rua Guerino Mateus, 205, Jardim Paulista  
19703-060 Paraguaçu Paulista-SP

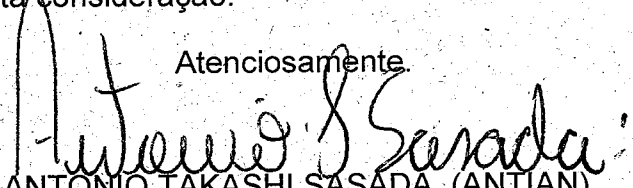
**Assunto: Solicita a alteração de emenda(s) impositiva(s) destinada(s) ao Departamento de Meio Ambiente e Projetos Especiais.**

Senhor Presidente,

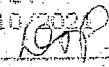
Solicitamos dessa egrégia Câmara Municipal, nos termos do art. 297-A da Lei Orgânica do Município combinado com o art. 271-A do Regimento interno da Câmara Municipal, a alteração de emenda(s) impositiva(s) destinada(s) ao Departamento de Meio Ambiente e Projetos Especiais, conforme detalhamento e justificativa(s) constantes do Anexo Único deste ofício.

Certos da atenção de Vossa Excelência, apresentamos nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN)  
Prefeito

ATS/CPV/TSC/ammm  
OF

CM Paraguaçu Paulista  
Protocolo: 032724  
Data/Hora: 20/10/2021 15:20:55  
Responsável: 



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**  
Estado de São Paulo

**ANEXO ÚNICO**  
**Alteração de Emenda Impositiva**

**Órgão:** 01. - Prefeitura Municipal

**Unidade Administrativa:** 15 – Departamento de Meio Ambiente e Projetos Especiais

**Emenda Impositiva nº 014/2020, Autor: LUCIANA MORAES DOS SANTOS**

Valor	Objeto Inicial	Novo Objeto
R\$ 13.728,00	Aquisição de Insumos para o Castramóvel	Prestação de Serviço de Pessoa Jurídica

**Justificativa:**

O Departamento de Meio Ambiente e Projetos Especiais, por intermédio do Memorando nº 47/2021-CAA-DEMAPE, de 15 de outubro de 2021, em anexo, solicitou a alteração da emenda parlamentar supracitada, com a mudança de objeto.

De acordo com o Departamento de Meio Ambiente e Projetos Especiais, até o momento o Conselho Regional de Medicina Veterinária de São paulo (CRMV-SP) não emitiu o laudo de inspeção da 2ª Vistoria realizada em 17 de setembro de 2021, para a continuidade dos trâmites necessários à homologação do uso do Castramóvel.

Assim, o objeto da emenda supracitada carece de alteração, de "Aquisição de Insumos para o Castramóvel" para "Prestação de Serviço de Pessoa Jurídica", para atendimento à Chamada Pública nº 005/2019 – Credenciamento e contratação de clínicas veterinárias para prestação de serviços de castração de animais em cumprimento à Lei Municipal nº 3.266, de 28 de junho de 2019, que Dispõe sobre o registro, identificação, esterilização, adoção e controle ético da população de cães e gatos, em face do aumento da demanda de inscritos no Programa de Controle Populacional de Cães e Gatos.

*[Assinatura]*



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**  
**Estado de São Paulo**

MEMORANDO nº. 47/2021-CAA-DEMAPE

Paraguaçu Paulista-SP, 15 de outubro de 2021.

Para: Adm/Financeiro

**Assunto: Emenda Parlamentar nº 14/2020**

Prezado(s)

Tendo em vista a Emenda Parlamentar nº 14/2020 de autoria da Sra. Vereadora Luciana Moraes dos Santos (saldo de R\$ 13.728,00) cujo objeto principal é a aquisição de insumos para uso no "Castramóvel" para o Controle Populacional de Cães e Gatos do município de Paraguaçu Paulista;

Tendo em vista o Conselho Regional de Medicina Veterinária de São Paulo (CRMV-SP) não emitir até o presente momento laudo de Inspeção da 2ª Vistoria realizada pelo próprio órgão em dezessete de setembro de 2021 para sequência dos trâmites necessários para homologação do uso do "Castramóvel";

Vimos através deste, solicitar a alteração do objeto da referida emenda parlamentar (aquisição de insumos) para "Uso em Prestação de Serviço de Pessoa Jurídica", uma vez da vigência da Chamada Pública nº 005/2019 – Credenciamento e contratação de clínicas veterinárias para prestação de serviços de castração de animais em cumprimento da Lei Municipal nº 3.266 de 28 de junho de 2019 que "Dispõe sobre o registro, identificação, esterilização, adoção, e controle ético da população de cães e gatos" e com a justificativa do aumento da demanda de número de inscritos ao Programa de Controle Populacional de Cães e Gatos.

Na oportunidade, nos colocamos a disposição para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente.

**DR. CAMILO PLÁCIDO VIEIRA**  
**Diretor do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente**

CPV/emr  
Memo



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**  
**Estado de São Paulo**

**LEI Nº. 3.266, DE 28 DE JUNHO DE 2019**  
**Autoria do Projeto: Sra. Prefeita**

Dispõe sobre o registro, identificação, esterilização, adoção e controle ético da população de cães e gatos.

**ALMIRA RIBAS GARMS**, Prefeita do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, no uso de atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ela **PROMULGA** a seguinte Lei:

Art. 1º Esta lei disciplina o registro, identificação, esterilização, adoção e controle ético da população de cães e gatos no Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista.

Art. 2º Para efeito desta lei considera-se:

I - controle ético da população de cães e gatos: controle populacional de cães e gatos sem o recurso do extermínio e com o uso criterioso da esterilização, a partir de procedimentos não dolorosos e que garantam a sobrevivência e bem-estar do animal;

II - registro: anotação oficial dos dados relativos aos proprietários e seus animais;

III - identificação: atribuição a cada animal de um código individual;

IV - animal comunitário: aquele que estabelece com a comunidade em que vive laços de dependência e de manutenção, ainda que não possua responsável único e definido;

V - cuidador comunitário: membro da comunidade em que vive o animal comunitário e que estabelece laços de cuidados com o mesmo.

Parágrafo único. O registro e identificação constituirão um sistema de informação com dados que relacionam os proprietários aos seus animais, sendo essenciais aos programas de promoção da saúde, controle populacional de cães e gatos e preservação do meio ambiente.

Art. 3º O controle ético da população de cães e gatos será realizado por meio de um programa permanente de esterilização de animais, que levará em conta a superpopulação, o quadro epidemiológico existente em cada localidade e será exclusivamente para atendimento de animais que vivem juntos às famílias de baixa renda, conforme identificação e caracterização socioeconômica adotada pela área de Assistência Social.



## **Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo**

Lei nº 3.266, de 28 de junho de 2019 ..... Fls. 2 de 4

**Parágrafo único.** Serão realizadas campanhas educativas nos meios de comunicação e na rede municipal de educação para conscientizar o público sobre a posse responsável de animais domésticos.

**Art. 4º** O registro e identificação dos cães e gatos serão de responsabilidade da Administração Municipal, que viabilizará econômica e geograficamente o cadastramento para atender toda a comunidade pertencente ao programa de que trata esta lei.

**§ 1º** O responsável por cães e gatos ou quem os tutelam deverá, obrigatoriamente, registrá-los em cadastro municipal disponibilizado pelo órgão municipal competente ou em estabelecimentos veterinários devidamente credenciados pelo Município, mediante apresentação de informações sobre as características de identificação e de dados de saúde do animal no prazo de 2 (dois) anos após a publicação desta lei.

**§ 2º** As empresas que comercializem ou que intermedeiem as adoções de cães e gatos deverão exigir, no ato da compra ou adoção, o preenchimento de termo de responsabilidade pela pessoa que se responsabilizará pelo animal e encaminhar cópia deste termo ao órgão municipal competente pelo cadastramento.

**§ 3º** Os proprietários de animais não registrados estarão sujeitos à notificação, emitida por Agente Sanitário do órgão municipal competente, para que proceda ao registro dos animais no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa de 250 UFM (duzentos e cinquenta unidades fiscais municipais) por animal não registrado.

**§ 4º** As Organizações da Sociedade Civil e/ou Protetores Voluntários, que intermedeiem a adoção de cães e gatos deverão realizar o registro dos animais no cadastro municipal, bem como, no ato da adoção exigir o preenchimento do termo de posse responsável e encaminhar ao Departamento de Meio Ambiente para atualização dos dados cadastrais.

**§ 5º** A identificação permanente será por método eletrônico (microchip), cujo dispositivo deverá atender as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e da Organização Internacional para Padronização (ISO) ou outras que as substituam, ser estéril, ser revestido por camada antimigratória e ser lido por leitores universais.

**Art. 5º** A esterilização de cães e gatos deverá ser autorizada pelo responsável pelo animal e, quando não for possível a identificação do responsável,



## **Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo**

Lei nº 3.266, de 28 de junho de 2019 ..... Fls. 3 de 4

ser decidida e executada pelo órgão municipal encarregado do controle ético da população desses animais.

Parágrafo único. Os procedimentos para a esterilização deverão se dar pelo uso de técnicas que causem o menor sofrimento possível aos animais.

Art. 6º Fica o Município autorizado a credenciar, por meio de procedimento de inexigibilidade, precedido de chamada pública, clínicas e veterinários interessados e devidamente habilitados para realizar a esterilização cirúrgica, cujos procedimentos empregados deverão ser a orquiectomia e a ovariossalpingohisterectomia (OSH), em cães e gatos, machos e fêmeas, respectivamente.

Parágrafo único. O valor de cada cirurgia será determinado em edital de chamada pública e estarão incluídas todas as despesas com:

- I - as medicações utilizadas durante o procedimento cirúrgico;
- II - os materiais cirúrgicos;
- III - a implantação do microchip fornecido pelo Município;
- IV - além de outras que forem indispensáveis para cada intervenção.

Art. 7º As intervenções cirúrgicas serão distribuídas equitativa e oportunamente, e serão realizadas em quantidade a ser estabelecida em decreto regulamentar, devendo anteriormente ser realizada a triagem e o registro do animal.

Art. 8º É vedado o extermínio de cães e gatos para fins de controle de população.

Parágrafo único. A eutanásia somente será permitida para o alívio do animal que se encontra gravemente enfermo e em situação considerada irreversível, ou de animal que coloca em risco a saúde pública, nos termos da Resolução nº 1.000, de 11 de maio de 2012, do Conselho Federal de Medicina Veterinária, que dispõe sobre procedimentos e métodos de eutanásia em animais e dá outras providências.

Art. 9º O órgão municipal competente dará a devida publicidade a esta lei e incentivará os estabelecimentos veterinários credenciados e entidades de proteção aos animais domésticos para o registro de cães e gatos.

Art. 10. Os procedimentos de implementação desta lei serão regulamentados por decreto executivo, conforme necessário.



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**  
**Estado de São Paulo**

Lei nº 3.266, de 28 de junho de 2019 ..... Fls. 4 de 4

Art. 11. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Programa do Município, suplementadas se necessário.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista-SP, 28 de junho de 2019.

  
**ALMIRA RIBAS GARMS**  
Prefeita

**REGISTRADA** nesta Secretaria em livro próprio, na data supra e **PUBLICADA** por Edital afixado em lugar público de costume.

  
**VIVALDO ANTONIO FRANCISCETTI**  
Chefe de Gabinete

Protocolo Prefeitura: nº 01109/2019 Data: 19/03/2019

Projeto de Lei: (X)PL ( )PLC ( )PEMLOM nº 008/2019

Protocolo Câmara: 26.947/2019 Data: 27/03/2019

Autógrafo: 032/2019 Data de Aprovação: 28/06/2019

Publicação: ..... A SEMANA ..... Data: 03 / 07 / 19 Edição: 3990

Visto do servidor responsável: .....  .....





**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista  
Estado de São Paulo**

**LEI Nº. 3.365, DE 10 DE MARÇO DE 2021**

**Autoria do Projeto: Sr. Prefeito**

**Altera a Lei Municipal nº 3.266/2019, que dispõe sobre o registro, identificação, esterilização, adoção e controle ético da população de cães e gatos.**

**ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN), Prefeito do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, no uso de atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ela PROMULGA a seguinte Lei:**

**Art. 1º A Lei Municipal nº 3.266, de 28 de junho de 2019, passa a vigorar com a nova redação do art. 3º:**

**"Art. 3º O controle ético da população de cães e gatos será realizado por meio de um programa permanente de esterilização de animais, que levará em conta a superpopulação e o quadro epidemiológico existente em cada localidade.**

**§ 1º O programa atenderá exclusivamente animais que vivem juntos às famílias:**

**I - com renda familiar mensal per capita de até um salário-mínimo; ou**

**II - que possua renda familiar mensal de até quatro salários-mínimos.**

**§ 2º Para fins do disposto no § 1º deste artigo, adotam-se as seguintes definições:**

**I - família: a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio;**

**II - domicílio: o local que serve de moradia à família;**

**III - salário-mínimo: valor definido anualmente pelo Governo Federal;**

**IV - renda familiar mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família, não sendo incluídos no cálculo aqueles percebidos dos seguintes programas:**

**a) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;**



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**  
**Estado de São Paulo**

Lei nº 3.365, de 10 de março de 2021 ..... F/ls. 2 de 3

b) Programa Bolsa Família e os programas remanescentes nele unificados;

c) Auxílio Emergencial Financeiro e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente no Município em eventual estado de calamidade pública ou situação de emergência; e

d) demais programas de transferência condicionada de renda implementados pela União, Estado ou pelo próprio Município;

V - renda familiar per capita: razão entre a renda familiar mensal e o total de indivíduos na família.

§ 3º As Organizações da Sociedade Civil (ONGs) que atuam na defesa e proteção dos animais, mediante parceria com a Administração Municipal, poderão encaminhar os animais para esterilização às clínicas e/ou veterinários credenciados, nos termos desta lei.

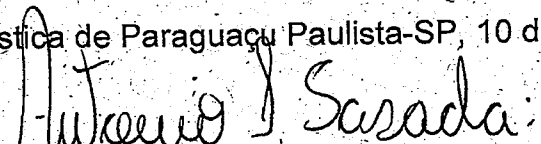
§ 4º As clínicas e/ou veterinários credenciados, mediante parceria com a Administração Municipal, poderão realizar o registro dos animais no cadastro municipal.

§ 5º Serão realizadas campanhas educativas nos meios de comunicação e na rede municipal de educação para conscientizar o público sobre a posse responsável de animais domésticos.” (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Programa do Município, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista-SP, 10 de março de 2021.

  
ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN)  
Prefeito

REGISTRADA nesta Secretaria em livro próprio, na data supra e PUBLICADA por Edital afixado em lugar público de costume.



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**  
**Estado de São Paulo**

Lei nº 3.365, de 10 de março de 2021 ..... Fls. 3 de 3

  
**LÍBIO TAETETE JUNIOR**  
Chefe de Gabinete

Protocolo Prefeitura: nº 0646/2021 Data: 15/02/2021

Projeto de Lei: ( X ) PL ( ) PLC ( ) PEMLOM nº 012/2021

Protocolo Câmara: 030684/2021 Data: 04/03/2021

Autógrafo: 007/2021 Data de Aprovação: 09/03/2021

Publicação: Diário Oficial Eletrônico Data: 11.03.2021 Edição: 32.p.3

Visto do servidor responsável: 